

RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2017

1. INTRODUÇÃO

No final do exercício de 2017, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

De acordo com o estabelecido estatutariamente a Fundação vem desenvolvendo um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam valorizar e dar continuidade aos laços históricos mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

Tendo em vista assegurar a continuidade da sua ação, a Fundação prosseguiu o desenvolvimento dos projetos próprios e apoiou iniciativas alheias, preocupando-se com o valor intrínseco de cada um deles, no âmbito da repercussão que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue, dentro das restrições financeiras que atravessa. Nesse contexto a Fundação prossegue uma exigente política de contenção de custos, reduzindo ao mínimo as encargos de estrutura e continuando a recorrer ao “outsourcing” para o desenvolvimento de projetos próprios.

Em simultâneo, continuou-se a colaboração com outras Instituições na promoção de projetos de modo a que sejam reduzidos ao mínimo os fundos mobilizados pela Fundação e sejam, por virtude da colaboração articulada dos agentes envolvidos, maximizados os resultados obtidos.

Mantendo a estratégia que vem sendo seguida, foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação bem como apoiar algumas atividades de terceiros que lhe foram propostas, desde que estatutariamente enquadráveis.

Em conclusão, as limitações financeiras motivadas pela baixa rentabilidade da gestão dos ativos financeiros da Fundação são a principal restrição à sua atividade.

2. Assembleia de Fundadores

Em Junho de 2017, prosseguiu a reunião da Assembleia Geral iniciada em Novembro de 2016, tendo sido eleitos os Órgãos Sociais para o quadriénio 2015 / 2018. Este ponto da Ordem de Trabalhos havia sido suspenso na Assembleia Geral de 2016.

A Comissão Executiva resultante desta eleição realizou a sua primeira reunião em 26 de Setembro de 2017.

Assim, o presente Relatório da atividade referente ao ano de 2017, resulta na sua maior parte de decisões tomadas anteriormente à referida eleição.

3. Sede

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao Auditório, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de ações de formação dos seus Quadros.

Nele também foi realizada a festa de Natal, à semelhança do que aconteceu no ano transato, promovida pela Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, localização da Sede da Fundação.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Em 2017, a atividade da Fundação centrou-se na prossecução do desenvolvimento dos projetos próprios, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África.

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto “Memórias de África e do Oriente”

O projeto “Memórias de África e do Oriente” continuou em atividade ao longo do ano de 2017, tendo um número de registos inferior ao dos anos anteriores, devido às restrições financeiras da Fundação.

Essa diminuição de registos levou a que no final do ano tivessem sido atingidos 460.875 registos. Com uma despesa, no valor de 28.000 euros, foram realizados 13.803 registos e digitalizadas 126 imagens. Se em anos anteriores, em geral, se recolhem 30-32.000 registos e 2.000-2500 imagens (fotos e digitalizações de obras mais raras) com uma verba de cerca de 75-80.000 euros, em 2017, com apenas de 28.000 euros o número total de registos baixou e as digitalizações mantiveram-se nas 388.353 imagens/páginas digitalizadas, muito perto do número de final de 2016.

Construiu-se uma página de Facebook como parte da atividade académica do departamento da Universidade de Aveiro que se responsabiliza pela introdução de registos e fotografias/imagens/digitalizações, manutenção e aperfeiçoamento

contínuo do *website* (<https://www.facebook.com/MemoriasDeAfricaEdoOriente>) ainda muito no início.

O aumento do acervo do *website* do Memórias de África e do Oriente ficou dependente das verbas alocadas pela Fundação ao projeto e como seria de esperar, a ausência de novas entradas fez diminuir também o número de acessos, que baixou 24,1 % em relação ao ano de 2016, ficando-se nas 170.051 sessões.

Os registos no *website* têm uma estrutura como se apresenta no quadro seguinte. Se fizermos uma pesquisa pela designação do país (DE nome do país), este ano Angola manteve-se como o país com mais registos (não inclui as imagens ou digitalizações):

Designação de pesquisa	2015		2016		2017	
	Registos	%	Registos	%	Registos	%
Angola	69122	16,4	76801	17,2	84612	18,4
Portugal	69926	16,6	74197	16,6	75346	16,3
Moçambique	73554	17,5	74686	16,7	74984	16,3
Índia / Goa	35078	8,3	36079	8,1	36260	7,9
Cabo Verde	31680	7,5	32446	7,3	32593	7,1
Macau	15115	3,6	21606	4,8	21681	4,7
Guiné Bissau	16465	4,1	17001	4,2	18891	4,1
Brasil	11993	2,9	15947	3,6	19914	4,3
São Tomé e Príncipe	14954	3,6	15137	3,4	15243	3,3
Timor	1760	0,4	1808	0,4	1809	0,4
sub total	341647	81,2	367651	82,2	381333	17,3
Outras designações	78871	18,8	79421	17,8	79542	82,7
Total	420518	100	447072	100	460875	100

Fonte: *Website* Memória de África e do Oriente

URL: <http://memoria-africa.ua.pt>

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2017, os dez primeiros países e territórios de origem das consultas à base de dados são os do quadro seguinte, sendo de salientar que Angola, Brasil, Moçambique e Portugal mantêm-se como o “núcleo duro” dos acessos. Tal como em anos anteriores, os visitantes

continuam a ter uma enorme atração por obras digitalizadas e por fotografias, a que têm um acesso muito mais fácil pelo Projeto do que pelas Bibliotecas e Arquivos existentes.

Número de ordem em 2017	País/Território	Sessões 2016	%	Sessões 2017	%
1	Portugal	89.360	39,8	63.442	37,3
2	Brasil	39.503	17,6	32.296	19,0
3	Moçambique	22.501	10,0	27.118	16,0
4	Angola	20.300	9,1	15.722	9,3
71	Quénia	6.596	2,9	27	0,02
5	Cabo Verde	4.952	2,2	4.832	2,8
6	Estados Unidos	4.597	2,1	3.750	2,2
11	Índia/Goa	2.624	1,2	1.264	0,74
7	França	3.106	1,4	2.108	1,2
8	Reino Unido	2.917	1,3	1.856	1,1
9	Espanha	2.337	1,0	1.664	0,98
10	Itália	2.192	0,9	1.279	0,75

Fonte: Google Analytics

Na mesma fonte podemos ver os acessos/sessões com origem nos restantes países com relações históricas com Portugal:

País/Território	Sessões 2017	%
Macau	1.227	0,72
Guiné – Bissau	1.164	0,68
São Tomé e Príncipe	1.012	0,60
Timor-Leste	208	0,12

Quadros de execução em 2017

Rubrica	Valor unitário	Orçamento	Transferência entre rubricas	Execução
1. Recolha de registos em Portugal	1,55	22.120	(-543,08)	21.576,92
2. Validação de registos recolhidos em Portugal	0,2	1.986	(+956,08)	2.942,08
3. Coordenação	0,11	1.069		1.069,00
4. Gestão do <i>website</i> , introdução na base de dados de registos e fotografias	0,14	1.375		1.375,00
6. Transporte passe entre Aveiro e Coimbra (mês)	150	450	(+587)	1.037,00
SUB TOTAL	-	27.000		28.000,00
7. Secretariado e imprevistos CESA	5%	1.000	(-1000)	0,00
TOTAL	-	28.000		28.000,00

O financiamento do projeto 2008-2017

Ano	Financiamento (€)	Ano	Financiamento (€)
2008	60.100	2013	80.791
2009	62.850	2014	80.791
2010	65.625	2015	82.200
2011	73.960	2016	82.200
2012	76.327	2017	28.000 (5 meses)

Fonte: documentos de projeto, vários anos, CESA.

b) Escolas Profissionais de Moçambique

São dois os projetos (distintos mas complementares) que a Fundação Portugal África assumiu em parceria com o Instituto Camões no âmbito do apoio ao Ensino Técnico Profissional moçambicano:

1. Projeto que designamos “*projeto âncora*”, cuja operacionalização decorre desde 2001 e que tem como objetivo a implementação de uma rede de escolas profissionais de Moçambique.
Foram postas em funcionamento 52 escolas profissionais, das 126 (uma por distrito) que, em anteriores legislaturas, o governo publicamente queria ver em funcionamento.
Neste projeto a Fundação Portugal – África é, simultaneamente, entidade gestora e co-financiadora.
2. Em 2014, por solicitação expressa do “Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP”, a Fundação Portugal – África veio a assumir, também, a responsabilidade de ser entidade gestora - que não co-financiadora - da componente 2 (*Upgrade educativo e formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambique*) do projeto “Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique”.

A contribuição da Fundação Portugal – África PA neste projeto tem passado pela disponibilização do trabalho e *Know-how* do consultor-residente que, em sucessivas deslocações à Ilha de Moçambique, tem posto em execução as atividades do plano de intervenção, delineado em 2014 pela Fundação Portugal - África e aprovado em Portugal e em Moçambique no âmbito do PEC 2015/2018.

I – ESCOLAS PROFISSIONAIS - PROJETO ÂNCORA

No que diz respeito ao "projeto âncora" houve dificuldades e limitações na sua operacionalização pelos motivos que foram oportunamente abordados nos relatórios de execução.

Até ao ano de 2014 todas as ações programadas foram realizadas, exceção, para aquelas que, requerendo deslocações internas, não se concretizaram por questões de segurança. Estão neste caso as formações ministradas pelas Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais, pelo consultor-residente e pela Unidade Técnica de Apoio, bem como a operacionalização do programa "Mais Valia", (Clínicas Pedagógicas) em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi interrompido o recrutamento de alunos bolseiros moçambicanos que obteriam, em Portugal, qualificações profissionais de nível 4, (equivalência ao 12º ano de escolaridade), a que acresceria uma preparação psico - pedagógica de 410 horas ministrada pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto.

Esta situação deveu-se ao facto de o Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional deixar de aceitar como docentes do ensino técnico moçambicano os alunos bolseiros que estudassem em Portugal, como vinha sucedendo desde 2012.

Também a nova legislação moçambicana acabou com o nível básico do Ensino Técnico Profissional que era o foco da intervenção da FPA em Moçambique.

Em 2017, graduaram-se em Portugal 18 alunos moçambicanos do ciclo 2014/2017.

Durante o ano de 2017 fez-se a adjudicação à empresa Norte Escolar de 5 bancadas móveis de ciências para a facilitação do ensino experimental das áreas curriculares de Física, Química e Biologia. É expectável que cheguem a Moçambique no primeiro trimestre de 2018. Uma destas bancadas, foi oferecida à Escola Profissional de S. Francisco de Assis por Sua Excelência o Senhor

Presidente da República de Portugal aquando da sua visita oficial a Moçambique.

Vai ser dada formação específica aos 18 professores utilizadores destas bancadas para a sua correta utilização e aproveitamento das suas potencialidades em termos didáticos e pedagógicos. Esta formação será feita em colaboração com a Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

Outra ação que se retomou em 2017 foi a continuação do processo de geminações entre escolas portuguesas e moçambicanas, interrompido pela insegurança rodoviária nas deslocações em Moçambique devido ao conflito armado que se verificou e que impediu as deslocações internas.

A concretização das duas geminações em falta irá concretizar-se em 2018.

Também se manteve em funcionamento, em Portugal, o ciclo de formação 2015/2018, frequentado por 17 alunos que irão terminar a sua formação técnica em Junho /Julho de 2018.

II – APOIO À ESCOLA PROFISSIONAL DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

No que diz respeito à intervenção da Fundação Portugal África no Projeto “Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique”, assumido, a pedido do Instituto Camões, a gestão da Componente 2 – *“Upgrade Educativo e Formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambique”* cumpriu-se todo o plano de atividades desenhado para o ano de 2017, oportunamente aprovado e que deu sequência aos trabalhos realizados em 2016.

Para a operacionalização deste plano responsabilizaram-se os parceiros sociais, escolares, empresariais e institucionais locais.

A intervenção assentou nas seguintes atividades: (i) Curso de Formação de Formadores na Área de “Mesa e Bar”; (ii) Elaboração do Plano Curricular do novo curso de “Operário Polivalente de Manutenção; (iii) Elaboração do Plano de Estágio em Restauro do Património Edificado (RPE); (iv); Realização de Estágios em Restauro de Património Edificado; (v) Elaboração dos Normativos

de funcionamento da UNIVA; (vi) Recuperação, no âmbito do Estágio em Restauro de Património Edificado, de toda a fachada da Escola, da ferramentaria e da Sala de Informática; (vii) Continuação de aquisições para a Sala específica de Mesa e Bar; (viii) Aquisição de material informático; (ix) Pagamento de salário, como professora e por período de um ano letivo, à ex-bolseira do ciclo de 2013/2016 Wilma Lucas Júnior, graduada em Mesa e Bar; (x) continuação da aquisição de mobiliário e de equipamentos específicos para a área curricular de Mesa e Bar; (xi) Recuperação dos telhados do edifício da escola, restauro do internato, revisão dos sistemas elétricos e de canalizações e esgotos; (xii) capacitação institucional da nova direção da escola:

Todas estas ações tiveram muito impacto local, destacando-se: (i) o curso de formação de formadores na área de Mesa e Bar, com 31 formandos; (ii) a recuperação, com o trabalho dos próprios alunos, de toda a fachada da escola, da ferramentaria e da sala de informática.

Por disponibilidade do formador da área de Mesa e Bar, fez-se, ainda, extracurricularmente, um curso para ativos dos diversos restaurantes e hotéis da Ilha, ajudando-os a melhorarem as suas competências profissionais. Os empresários ficaram muito agradados com a oferta e disponibilizaram-se para, no futuro, colaborarem com a Escola, apoiando a realização dos estágios dos alunos.

De referir a visita, em Junho de 2017, da Senhora Embaixadora de Portugal em Moçambique, que verificou *in loco* os trabalhos desenvolvidos, reconhecendo publicamente a sua valia, e em Novembro a realização de reuniões com os parceiros responsáveis pelas diferentes componentes do Projeto Cluster, presididas pela Senhora Dr.^a Sandra Magalhães, do “Camões – Instituto da Cooperação e da Língua”, tendo sido elogiado o trabalho que está a ser desenvolvido pela Fundação Portugal - África.

c) Boletim Observatório sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

4.3- Outros projetos realizados

Foram ainda apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.3.1) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

4.3.2) GAS'África – Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa – estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2017 continuaram a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades.

4.3.3) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, continuaram em 2017 a realização de um programa de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral, na Guiné – Bissau.

O programa apresentado em 2015, tem uma duração de seis anos (2015 a 2020) e objetivos mais amplos, nomeadamente a criação de uma Clínica médico social com laboratório de prótese dentária em Bissau e de uma unidade móvel de saúde para prestação de serviços médicos, o que implica o recrutamento e formação de profissionais e voluntários.

4.3.4) 13.ª Edição da Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu 3 a 8 de Setembro de 2017 e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna. A exemplo do que vem acontecendo desde 2007, decidiram abrir a oportunidade de frequência a alunos dos PALOP.

4.3.5) Edição do livro “1000 dias de opinião” – no âmbito das comemorações dos 20 anos da RDP África, compilação em livro de cerca de 200 das crónicas diárias assinadas pelo seu Diretor Dr. Jorge Gonçalves, relativas à análise dos factos políticos, económicos e sociais da CPLP mais relevantes dos últimos anos, e que constituirá um instrumento de compreensão da vida nos PALOP e em Portugal.

5. A Fundação continuou a colaborar e a acompanhar a atividade de várias instituições em que participa:

- a) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal-África continua a acompanhar a atividade daquele órgão da CPLP.
- b) Centro Português de Fundações – como membro do Centro Português de Fundações, a Fundação Portugal-África tem estado representada nas iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente na Assembleia Geral Ordinária convocada para a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2016 e no XV Encontro Nacional de Fundações.
- c) Participou ainda no IX Encontro Luso-Espanhol de Fundações promovido pela Fundação Eugénio de Almeida, que se realizou em Évora.

6. Evolução Económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2017 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2017 era de 10.861.219 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2016 o valor de 11.012.010 Euros.
- O valor dos Fundos Patrimoniais, que no final exercício de 2017 ascendiam a 10.796.709 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2016 o valor de 10.976.959 Euros.
- O Resultado Líquido do exercício de 2017 situou-se em 146.617 Euros negativos, representado um aumento face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior, motivado essencialmente pelo aumento do justo valor dos ativos da Fundação.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação, com o refogo da autonomia da Fundação e potenciando a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do resultado líquido do exercício:

Tal como referido na Nota 8 do Anexo as Demonstrações Financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo assim, o resultado líquido negativo do exercício de 146.617 Euros será aplicado em Resultados Transitados.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2017.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro a apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos

negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros a conservadora e prudente.

Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2017, seriam de, aproximadamente 6.611 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados a Euribor.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2017 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

7. Atividade futura

Em 2018, face ao reduzido montante previsto para receitas provenientes de aplicações financeiras da Fundação, e também ao facto dos seus órgãos sociais eleitos em Julho de 2017 cessarem o seu mandato em Dezembro de 2018, a Fundação irá manter uma atividade muito limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos projetos promovidos por entidades terceiras, e continuando uma política muito restritiva nos seus custos de funcionamento.

Finalmente manifesta-se o agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua – Camões e a outras entidades públicas e privadas que sempre apoiaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objetivos que se propôs atingir.

PORTO, 4 de Maio de 2018

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

Catarina Oliveira Fernandes, em representação da
Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -
Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do
Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Armando Mata dos Santos, em representação da
Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da
Portugal Telecom, S.A. / Pharol, S.A.

Rui Moreira, em
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Balanços em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro 2017	Dezembro 2016
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	630 950	708 730
Activos intangíveis	6	349 566	371 760
Total do activo não corrente		<u>980 515</u>	<u>1 080 490</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Créditos a receber		4 534	3 293
Activos financeiros detidos para negociação	7	3 232 268	3 225 280
Outros ativos correntes		32 500	
Caixa e depósitos bancários	4	6 611 402	6 702 946
Total do activo corrente		<u>9 880 704</u>	<u>9 931 520</u>
Total do activo		<u><u>10 861 219</u></u>	<u><u>11 012 010</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8	11 372 599	11 372 599
Reservas	-	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados		(1 672 138)	(992 388)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	119 559	153 192
		<u>10 943 326</u>	<u>11 656 709</u>
Resultado líquido do período		(146 617)	(679 750)
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>10 796 709</u></u>	<u><u>10 976 959</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		23 587	20 186
Estado e outros entes públicos	9	772	3 469
Outros passivos correntes	10	40 152	11 396
Total do passivo corrente		<u>64 510</u>	<u>35 050</u>
Total do passivo		<u>64 510</u>	<u>35 050</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>10 861 219</u></u>	<u><u>11 012 010</u></u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

-

-

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Maria Celeste Hagatong

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Armando Mata dos Santos

Catarina Fernandes

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Subsídios, doações e legados à exploração	11	123 130	143 690
Fornecimentos e serviços externos	12	(119 515)	(121 306)
Subsídios concedidos	13	(353 427)	(472 577)
Gastos com o pessoal		(10 635)	(10 128)
Aumentos / reduções de justo valor	7	331 903	(116 725)
Outros rendimentos	14	45 740	93 409
Outros gastos	15	(39 843)	(52 811)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>(22 646)</u>	<u>(536 448)</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5-6	<u>(148 525)</u>	<u>(163 602)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(171 171)</u>	<u>(700 049)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	16	24 554	20 299
		-	-
Resultado antes de impostos		<u>(146 617)</u>	<u>(679 750)</u>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		<u>(146 617)</u>	<u>(679 750)</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong	António Vítor Martins Monteiro
Francisco Carvalho Guerra	Daniel Proença de Carvalho
António Mexia	Armando Mata dos Santos
Catarina Fernandes	Luis de Sousa Macedo
Carlos Manuel Costa Pina	Rui Moreira
	Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2017		11 372 599	1 123 306	(992 388)	153 192	(679 750)	10 976 959
Resultado integral do exercício	8						-
Aplicação de resultados	8			(679 750)		679 750	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 633)		(33 633)
		-	-	(679 750)	(33 633)	679 750	(33 633)
Posição no fim do exercício 2017		11 372 599	1 123 306	(1 672 138)	119 559	(146 617)	10 796 709

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2016		11 372 599	1 123 306	(612 006)	186 815	(380 382)	11 690 332
Resultado integral do exercício	8					(679 750)	(679 750)
Aplicação de resultados	8			(380 382)		380 382	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 623)		(33 623)
		-	-	(380 382)	(33 623)	(299 368)	(713 373)
Posição no fim do exercício 2016		11 372 599	1 123 306	(992 388)	153 192	(679 750)	10 976 959

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Armando Mata dos Santos

Catarina Fernandes

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos de subsídios e donativos	(10 500)	(103 896)
Pagamentos de apoios a projetos próprios	(342 655)	(347 903)
Recebimentos de subsídios à exploração	119 440	140 000
Pagamentos a fornecedores	(81 510)	(110 363)
Pagamentos ao pessoal	(6 692)	(5 060)
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa gerada pelas operações	(321 917)	(427 222)
Outros recebimentos / pagamentos	(70 071)	(58 495)
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das actividades operacionais [1]	(391 988)	(485 717)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	(28 550)	(82 220)
Investimentos	(545 414)	(271 346)
	<u> </u>	<u> </u>
	(573 964)	(353 566)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos	797 539	3 525 519
Juros e rendimentos similares	56 446	189 456
Dividendos	20 423	15 001
	<u>874 408</u>	<u>3 729 976</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	300 444	3 376 410
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Redução de fundos	-	-
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(91 544)	2 890 692
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 702 946	3 812 254
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>6 611 402</u>	<u>6 702 946</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Maria Celeste Hagatong

António Vitor Martins Monteiro

António Moreira Ferreira

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Armando Mata dos Santos

Catarina Fernandes

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo decreto-lei nº98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”) não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

Os ativos que integram a rubrica de “Outros ativos fixos tangíveis” incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de Dezembro de 2014) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos

de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de

Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Numerário	35	78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	3.666.270	3.657.770
Depósitos a Prazo	<u>2.945.098</u>	<u>3.045.098</u>
	<u>6.611.402</u>	<u>6.702.946</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido. Importa salientar que o valor de juros a receber tem vindo a decrescer fruto da descida das taxas de juro.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço “Outros créditos a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.509.865	346	40.385	18.785	92.398	1.956.068
Transferências	-	-	-	-	(609)	-	(609)
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.176	92.398	1.955.459
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.105.115	346	40.385	18.022	83.471	1.247.338
Amortizações do exercício	-	77.298	-	-	423	59	77.780
Transferências	-	-	-	-	(624)	15	(609)
Saldo final	-	1.182.413	346	40.385	17.821	83.545	1.324.509
Activos líquidos	294.291	327.452	-	-	355	8.853	630.950

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.509.865	346	40.385	18.363	92.101	1.955.350
Aquisições	-	-	-	-	422	297	718
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.785	92.398	1.956.068
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.027.817	346	40.385	17.209	83.427	1.169.183
Amortizações do exercício	-	77.298	-	-	813	44	78.155
Saldo final	-	1.105.115	346	40.385	18.022	83.471	1.247.338
Activos líquidos	294.291	404.750	-	-	763	8.926	708.730

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto “Escolas Profissionais”, encontrando-se já totalmente amortizadas. Durante os exercícios de 2017 e 2016 não existiram aquisições significativas ficando explicada a variação da rubrica pelas depreciações ocorridas.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.297.040	4.797	811	1.302.648
Aquisições	48.550	-	-	48.550
Saldo final	1.345.590	4.797	811	1.351.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	925.280	4.797	811	930.888
Amortizações do exercício	70.744	-	-	70.744
Saldo final	996.024	4.797	811	1.001.632
Ativos Líquidos	349.566	-	-	349.566

2016

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.214.840	4.797	811	1.220.448
Aquisições	82.200	-	-	82.200
Saldo final	1.297.040	4.797	811	1.302.648
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	839.834	4.797	811	845.442
Amortizações do exercício	85.446	-	-	85.446
Saldo final	925.280	4.797	811	930.888
Ativos Líquidos	371.760	-	-	371.760

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante o ano de 2017 ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsa um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2017	Valor carteira 2016
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	298.710	377.186
Obrigações cotadas	1.941.617	2.049.158
	<u>2.240.327</u>	<u>2.426.345</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	991.941	798.935
	<u>991.941</u>	<u>798.935</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>3.232.268</u>	<u>3.225.280</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

Face a 2016 existiram inúmeras alienações, principalmente ao nível das ações e obrigações, razão que explica a variação acentuada registada nos fluxos de caixa.

As participações financeiras em Ações geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 20.423 Euros (15.001 Euros em 31 de Dezembro de 2016) – Nota 16.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
Acções cotadas						
EDP-RENOVÁVEIS	8.000	6,97	55.736	15.413	6,04	93.033
MOTA ENGIL SGPS.SA	10.000	3,66	36.630	20.000	1,61	32.200
REN-SGPS	25.000	2,48	61.975	28.150	2,70	75.949
BCP	64.665	0,27	17.589	13.333	1,07	14.280
THE NAVIGATOR COMPANY	15.000	4,25	63.780	30.000	3,27	97.950
SONAECON, SGPS, S.A.	25.000	2,52	63.000	25.000	2,55	63.775
			<u>298.710</u>			<u>377.186</u>

	31.12.2017				31.12.2016			
	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no
	Nominal	Cotação	Bruta	dia	Nominal	Cotação	Bruta	dia
Obrigações cotadas								
CP-4,17%-2019	100.000	106,92%	4,17%	107.761	100.000	107,97%	4,17%	108.828
L.B.TSY-NIKK-15	100.000	0,00%	0,00%	0,01	100.000	0,00%	0,00%	0
PARPUB-3.75%	200.000	110,29%	3,75%	224.215	200.000	103,47%	3,75%	210.588
PORT.TEL.5.875%	100.000	42,02%	5,88%	46.141	100.000	30,87%	5,88%	35.006
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61.000	89,29%	4,12%	54.616	61.000	59,08%	0,31%	36.088
BIAL TV-2019	100.000	101,00%	4,18%	102.721	100.000	101,00%	3,69%	102.771
CIN-2014/2019	100.000	99,05%	3,53%	99.136	100.000	104,18%	3,13%	104.277
GRUPO PESTANA-14/20	100.000	101,00%	3,58%	102.196	100.000	100,50%	3,50%	101.696
IMPRESA SGPS-TV	150.000	98,54%	4,18%	148.522	150.000	100,00%	3,79%	150.726
MEDIA C APITAL-14-19	200.000	97,00%	4,30%	157.983	200.000	95,00%	3,81%	193.576
SEMAPA 2014/2019	143.000	102,50%	3,68%	147.438	143.000	102,25%	3,05%	147.113
PT PORTUGAL SGPS 6.25%-2016	200.000	39,15%	6,25%	78.298	200.000	29,67%	6,25%	59.334
HOVIONE FAR 2023	100.000	101,75%	3,03%	102.402	100.000	100,25%	2,80%	100.934
MOTA E. - 3.9%% -20	100.000	100,50%	3,90%	102.082	200.000	93,75%	3,90%	190.685
NOS SGPS - 15 -2022	100.000	100,55%	1,80%	100.990	100.000	99,70%	1,72%	100.149
OTRV DEZEMB. 2022	355.000	103,34%	1,10%	367.117	-	-	-	-
				<u>1.941.617</u>				<u>2.049.158</u>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Fundos de Investimento						
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	8,21	82.662	10.070,93	7,36	74.082
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	17.515,79	10,75	188.260	17.515,79	10,20	178.714
BPI- Obrigações Mundiais	21.639,53	7,79	168.523	21.639,53	7,51	162.496
Acções						
SISF ASIAN OPPORTUN	4.645,00	24,93	96.550	4.645,00	15,53	72.134
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	7,27	89.338	12.288,44	6,20	76.148
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	6.808,50	14,08	95.855	6.808,50	12,67	86.251
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,09	8,34	34.503	4.138,09	7,41	30.676
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	355.371,50	66.810	0,19	290.797,07	54.670
BPI IBERIA CL.	30.000,00	5,65	169.440	-	-	-
Produtos Estruturados						
BPI.EUR.SUL	-	-	-	75.000,00	0,85	63.765
			<u>991.941</u>			<u>798.935</u>

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	92.927	55.630
Obrigações	161.410	160.532
Derivados	-	12.133
Outros - UP's	95.135	118.817
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(7.235)	(115.531)
Obrigações	(8.162)	(238.699)
Derivados	-	(8.122)
Outros - UP's	(2.172)	(101.485)
	<u>331.903</u>	<u>(116.725)</u>

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que não se encontra incluído na rubrica de Balanço “Fundos”.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2017	31.12.2016
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	-----	-----
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(12.470)	(12.470)
	-----	-----
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais - Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2017 o saldo desta rubrica inclui o montante de 99.750 Euros (124.700 Euros em 31 de Dezembro de 2016) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 12.483 Euros e 7.326 Euros (18.725 Euros e 9.767 Euros em 31 de Dezembro de 2016, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto “Memória de África -Módulo Oriente”.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.633 Euros (33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2016 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.633 Euros em 31 de Dezembro de 2017 (33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2016) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outros passivos correntes” apresenta em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações a Liquidar	1,418	1,362
Outras contas a pagar	38,734	10,034
	<u>40,152</u>	<u>11,396</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2017, o montante de 6.233 Euros (6.249 Euros em 2016), da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI, correspondente ao último trimestre de 2017 e 32.500€ referentes à compra de 5 bancadas móveis de laboratório para as Escolas Profissionais de Moçambique

11 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Subsídio Camões - Escolas Profissionais	119.440	140.000
Outros subsídios	3.690	3.690
	<u>123.130</u>	<u>143.690</u>

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2016 foi de 140.000 euros, valor máximo previsto, sendo pago em duas prestações, a primeira de 112.000 euros em Outubro e a segunda de 28.000 euros em Dezembro. Em 2017, o valor do incentivo foi de 119.440 euros, e o mesmo também foi pago em duas prestações, a primeira em Outubro no valor de 12.000 euros e a segunda em Dezembro no valor de 107.440 euros. O objetivo para 2017 é o mesmo que foi referido anteriormente. Importa salientar que é realizado um acompanhamento das despesas, sendo, semestralmente, entregue o relatório ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua para aprovação.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2015 a 2018, no montante total máximo de 560.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	37,942	41,732
Comissão de gestão da carteira	24,963	25,393
Deslocações e estadas	11,590	11,509
Conservação e reparação	2,214	3,418
Comunicação	4,064	4,748
Outros Fornecimentos e serviços externos	38,742	34,506
	<u>119,515</u>	<u>121,306</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2017 um montante de 12.252 Euros relativos a serviços de manutenção (10.915 Euros em 2016) e 15.547 Euros de honorários para auditoria em 2017 (11.857 Euros em 2016).

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

13 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Edição de Publicações	1,500	30,000
Atividades culturais	6,500	53,630
Conferencias e colóquios	0	8,986
Atividades educacionais	2,500	9,800
Atividades sociais	0	750
Escolas Profissionais - Moçambique	268,148	261,112
Projeto Sida	33,600	34,584
Observatório de África	18,860	18,860
Ilha de Moçambique	12,319	44,855
Conexão lusófona	10,000	10,000
TOTAL	<u>353,427</u>	<u>472,577</u>

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 para o projeto “Escolas Profissionais de Moçambique”, incluem um montante de, 106.564 Euros (116.606 Euros em 2016) para formação de formadores e 129.083 Euros (149.506 Euros em 2016) para bolsas de estudo.

As “atividades culturais” incluem 5.000 Euros relativos a um subsidio concedido à Associação GIRLMOVE Portugal.

14 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Subsídios ao investimento	33.633	33.623
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	7.263	-
Obrigações	3.106	32.380
Outros - UP's	1.739	27.405
	<u>45.740</u>	<u>93.409</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África” (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

15 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Impostos	3.979	5.003
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	7.096	-
Obrigações	-	887
Outros activos financeiros - UP's	-	24.283
Conferência internacional "Caminhos do Futuro"	-	17.052
Outros gastos	28.768	5.586
	<u>39.843</u>	<u>52.811</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

Relativamente aos impostos o valor deve-se ao IVA não dedutível do normal funcionamento da atividade.

A rubrica de “Outros gastos” em 2017 incorpora essencialmente diferenças de câmbio desfavoráveis no valor de 25.606 euros.

16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	4.131	5.299
Dividendos recebidos (Nota 7)	20.423	15.001
	<u>24.554</u>	<u>20.299</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

O valor dos depósitos bancários tem vindo a decrescer fruto da diminuição das taxas de juro de mercado. No exercício de 2017 as ações que geraram dividendos foram as da EDP (624 Euros), REN (4.814 Euros), Sonaecom, SGPS (1.925 Euros), The Navigator Company (10.460 Euros) e Mota Engil (2.600 Euros).

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 10.861.219 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.796.709 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 146.617 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

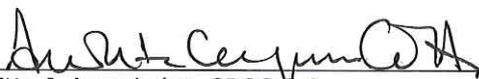


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. Nos termos de disposto da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos e no âmbito das suas competências, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ª. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre o Relatório anual de atividades, balanço e contas apresentadas pela administração da Fundação Portugal África, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2. Ao longo do exercício, e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal:

- Acompanhou a atividade da Fundação, não só através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços, assim como dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada;
- Averiguou e constatou o prosseguimento, pela administração, da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da Fundação e que a aplicação dos bens e rendimentos da Fundação se realiza de harmonia com os seus fins estatutários;
- Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários;
- Contou, nas suas reuniões, com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.

3. Tendo também em conta que:

- O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras, em sua opinião, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2017;
- Tomaram conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, e com o qual concordam;
- O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2017;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas vigentes;
- A consistência da Fundação Portugal África em continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira;
- Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis;

O Conselho Fiscal é de **PARECER** que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África, **APROVE:**

- 3.1. O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- 3.2. A proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração;
- 3.3. Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 13 de Abril de 2018

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel João Meira Fernandes

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de € 146.617,22 (cento e quarenta e seis mil seiscientos e dezassete euros e vinte e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € - 146.617,22

TOTAL: € - 146.617,22

ELENCO DE FUNDADORES

(Euros)

1. Banco BPI, S.A.	5 426 922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798
9. Câmara Municipal do Porto	299 279
10. Fundo EFTA	274 339
11. IAPMEI	124 700
12. Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700
13. H. Cabora Bassa	99 760
14. Tabaqueira, S.A.	99 760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820
16. Estado Português	49 880
17. Partex, S.A.	49 880
18. Tertir, S.A.	49 880
19. Cabelte, S.A.	24 940
20. Fáb. Moagens do Marco, S.A.	24 940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940
22. Ferbritas-Emp. I. Comerciais, S.A.	24 940
23. Quintas & Quintas, S.A.	24 940
24. RAR-Holding, S.A.	24 940
25. Asea Brown Boveri, S.A..	24 940
26. Soc. Portug. Acum. Tudor, S.A.	24 940
27. Solidal, S.A.	24 940
28. Somague, S.A.	24 940
29. Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24 940
30. Associação Emp. Portugal	12 470
31. Inst. Inv. Cient. Tropical	9 976
32. OGMA-Ofic. G.M. Aeronautico	9 976
33. Academia I. Cult. Portuguesa	4 988
34. Árvore-Coop. Activ. Artísticas	4 988
35. Associação Com. do Porto	4 988
36. Associação Ind. Portuguesa	4 988
37. Assoc. P.D. Econ. Coop. -ELO	4 988
38. Câmara C.I. Port./A.C. Lisboa	4 988
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988
40. Com. Coord. Região Norte	4 988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988
42. Cosec-Comp-Seg. Crédito	4 988
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988
44. Fund. Luso-Amer. p/Desenv.	4 988
45. Inst. Eng. Sist. Computadores	4 988
46. Instituto Nac. de Estatística	4 988
47. Inst. Sup. Ciênc. Soc. Políticas	4 988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988
49. Instituto Superior Técnico	4 988
50. Inv. Com. Tur. Portugal (ICEP)	4 988
51. Lab. Nac. Eng. Civil (LNEC)	4 988
52. PME Capital, S.A.	4 988
53. Profabril-Centro Projectos	4 988
54. Un. Cid. Cap. Luso-Am. As. (UCCLA)	4 988
55. Universidade de Aveiro	4 988
56. Universidade Católica	4 988
57. Universidade do Minho	4 988
58. Universidade Moderna	4 988
59. Universidade do Porto	4 988
60. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988

ORGÃOS SOCIAIS **2015 / 2018**

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.^a Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.^a Catarina Oliveira Fernandes)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia)

Galp Energia / Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Millenniumbcp / Banco Comercial Português (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Dr. Armando Mata dos Santos)

Pharol, S.A. / Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís de Sousa Macedo)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr.^a Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.^a Catarina Oliveira Fernandes)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

CONSELHO DE CURADORES

Presidente - Dr. Francisco Murteira Nabo

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.^o António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Ramon Font

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC

CONSELHO FISCAL

Dr. Manuel João Meira Fernandes - Presidente

IAPMEI (Dr.^a Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD (Dr.^a Fátima
Fonseca)